

Sumário

Introdução	1
Metodologia e perguntas de pesquisa	10
Parte I – O debate monetário em perspectiva histórica: os mitos fundadores e a complexidade dos fatos monetários	15
Capítulo 1 – As teses e os componentes centrais da moeda: as fases monetárias	17
1.1 Teorias fundadoras da moeda	17
1.1.1 Outras vertentes: teoria institucionalista da moeda, institucionalismo monetário francófono e a moeda como projeto constitucional	23
1.1.2 Uma proposta teórica: a moeda como instituição social projetada.....	32
1.2 Moedas privadas e moedas territoriais: o conflito, a centralização e a coexistência monetária.....	35
1.2.1 A moeda e o metal precioso: o longo período de <i>conflito monetário</i>	41
1.2.2 A profissionalização do crédito: a flexibilização do regime monetário metálico	49
1.3 Os desafios atuais da organização monetária territorial: o começo e o fim da centralização monetária.....	56
1.4 Da função à tipologia da moeda: “o que a moeda é”?	62

Capítulo 2 – Práticas monetárias: a relação entre a unidade e a fragmentação monetária	75
2.1 Os critérios de validade monetária: uma metodologia para análise da qualidade monetária	83
2.2 O fato, o campo e a comunidade monetária: elementos conceituais para analisar as práticas monetárias	93
Conclusão da Parte I.....	96
Parte II – O fato monetário, as moedas paralelas e os mecanismos de coordenação monetária: análise da Mumbuca e das criptomoedas	99
Capítulo 1 – A diversidade do fato monetário: as distintas práticas monetárias identificadas pela bibliografia	101
1.1 A variedade de moedas paralelas: os localismos e as rationalidades monetárias	101
1.1.1 As diferentes rationalidades das moedas paralelas.....	112
1.2 Formas de governança: a organização do fato monetário a partir da confiança.....	119
1.3. Moeda como instituição social projetada.....	132
1.3.1 Criador e construtor de moeda: o papel do Estado na coordenação monetária	141
1.3.2. Uma tipologia de monetariedade.....	151
1.4 A moeda em crise: a Rede de Trueque na Argentina	153
Capítulo 2 – Os estudos de caso	157
2.1 Mumbuca: “ninguém supera a pobreza sozinho”	158
2.1.1 A Mumbuca pela perspectiva dos usuários: quem usa a Mumbuca e por quê?.....	161

2.1.2 Vínculos comunitários, construção da governança e “voz”: a concessão de crédito	168
2.1.3 O arranjo institucional da Mumbuca: arcabouço legal e dados sobre confiança	174
2.2 Ativos monetários digitais: as criptomoedas	181
2.2.1 A descentralização como governança monetária: estímulos para a “saída”?.....	190
2.2.2 Expansão das criptomoedas: opções e limitações	196
2.2.3 As fases das criptomoedas: do confronto à integração	201
Conclusão da Parte II	202
Parte III – O direito como vetor de validade do fato monetário e a dicotomia jurídica na explicação dos fenômenos monetários: direito público interno e direito contratual privado.....	205
Capítulo 1 – A moeda paralela no direito público e privado: domínios de juridicidade	209
1.1 A distinção entre direito público e direito privado: para além do debate sobre a “publicização do direito privado” e a “privatização do direito público”	213
1.2 Direito público: poder monetário estatal e as regras de curso legal e forçado.....	215
1.3 Direito privado: o sentido instrumental-liberatório da norma jurídica	220
1.3.1 Breve introdução: o poder jurídico monetário em construção	221
1.3.2 A explicação da moeda a partir do direito contratual privado: o esquecimento do direito monetário e o conceito de <i>microjuridicidade monetária</i>	224

1.3.3 Os sentidos monetários presentes no ordenamento jurídico e o caráter ratificativo da microjuridicidade: a pirâmide jurídica da moeda.....	229
1.3.4 A prática monetária no sistema jurídico de direito civil: o caso brasileiro	236
1.3.5 A pirâmide jurídica da moeda: quantidade de moeda(s) à luz de sua proteção jurídica	245
Capítulo 2 – O tratamento jurídico das moedas paralelas: um estudo dogmático	249
2.1 Mumbuca: as novas regras de direito público: a solução brasileira de direito público para moedas paralelas eletrônicas e arranjos de pagamento	249
2.2 Criptomoedas: em busca da “tokenização” dos ativos virtuais.....	255
2.2.1 As criptomoedas e o direito civil: o papel do direito na interpretação dos criptoativos.....	256
2.2.2 A prática monetária e o tratamento das criptomoedas no sistema jurídico anglo-saxão (<i>common law</i>)	262
Conclusão da Parte III.....	267
Considerações finais.....	271
Referências	277
Apêndice I.....	327
Apêndice II	329
Apêndice III.....	331
Apêndice IV	335
Apêndice V	337
Apêndice VI.....	341